



MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA
CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ
SUBPROCURADOR-GERAL JUDICIAL

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAUJO
OUVIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Presidente

Antônio Arecippo de Barros Teixeira Neto
Walber José Valente de Lima
Dilmar Lopes Camerino
Eduardo Tavares Mendes
Marcos Barros Méro
Maurício André Barros Pitta

Luiz Barbosa Carnaúba
Lean Antônio Ferreira de Araújo
Dennis Lima Calheiros
José Artur Melo
Valter José de Omena Acioly
Isaac Sandes Dias

Sérgio Rocha Cavalcanti Jucá
Antiógenes Marques de Lira
Vicente Felix Correia
Márcio Roberto Tenório de Albuquerque
Denise Guimarães de Oliveira

Procuradoria Geral de Justiça

Despachos do Procurador-Geral de Justiça

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS EM EXERCÍCIO, DR. VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY, DESPACHOU NO DIA 23 DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.0284.0000503/2020-94.

Interessado: Dr. Marcus Aurélio Gomes Mousinho, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de providências.

Despacho: Remetam-se os autos ao Colégio de Procuradores de Justiça.

GED: 20.08.1348.0000016/2020-96

Interessado: Escola Superior do Ministério Público de Alagoas

Assunto: Requerendo gozo de férias do estagiário José Eurico Beltrão Coelho da Paz Neto.

Despacho: Defiro nos termos do parecer da Consultoria Jurídica, fls. 8 a 13. Vão os autos à Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1330.0000017/2020-48

Interessado: Diretoria de Tecnologia da Informação desta PGJ.

Assunto: Requerendo aquisição de licenças do software antivírus.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Licitações. Aquisição de licenças do software antivírus, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência. Regularidade. Justificada a necessidade da aquisição. Orçamento elaborado pelo setor de compras, contendo três (03) cotações de preços no mercado local. Aplicação do art. 1º, inciso I, alínea "b" da Lei nº 14.065/2020, que alterou os valores da dispensa de licitação do art. 24, inciso II da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de contratação direta da pessoa jurídica "ESYWORLD SISTEMAS E INFORMÁTICA LTDA", que apresentou proposta mais vantajosa, no valor total de R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais). Existência de disponibilidade orçamentária e financeira, para o atendimento da despesa. Pelo deferimento." Defiro. Vão os autos à Diretoria de Programação e Orçamento para providências.

GED: 20.08.1296.0000016/2020-03

Interessado: Seção de Elaboração e Acompanhamento de Contratos desta PGJ.

Assunto: Requerendo prorrogação contratual.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Administrativo. Prorrogação e reajuste. Contrato de aluguel nº 09/2017 cujo objeto é a locação do imóvel utilizado para sediar as Promotorias de Justiça de Palmeira dos Índios. Dispensa de Licitação. Cumprimento das exigências do art. 24, inciso X, da Lei nº 8.666/93. Possibilidade de prorrogação, face previsão contratual. Aplicação do reajuste abaixo do índice IGP-M, previsto na cláusula quarta do contrato. Aprovação da minuta do termo aditivo. Alteração do prazo de reajuste contratual. Pelo deferimento e providências que o caso requer." Defiro. Vão os autos à Seção de Elaboração e Acompanhamento de Contratos para providências.

GED: 20.08.0284.0000464/2020-80



Interessado: Simpeal – Sindicato dos Servidores do Ministério Público de Alagoas.

Assunto: Requerendo providências.

Despacho: Acolho o parecer da Consultoria Jurídica. Vão os autos à Diretoria de Programação e Orçamento para estudos de impacto orçamentário.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 23 de novembro de 2020.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público
Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Portarias

PORTARIA PGJ nº 545, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, RESOLVE ratificar os atos praticados pela Dra. KÍCIA OLIVEIRA CABRAL DE VASCONCELLOS, 24ª Promotora de Justiça da Capital, nas audiências de custódia da Capital do dia 22 de novembro do corrente ano e nos Autos de Prisão em Flagrante nº 0700677-53.2020.8.02.0067. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 546, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, RESOLVE designar o Dr. BRUNO DE SOUZA MARTINS BAPTISTA, 1º Promotor de Justiça de Atalaia, para funcionar nas audiências do Juízo de Direito da 3ª Vara Criminal de Rio Largo, no dia 27 de novembro do corrente ano. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 547, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, RESOLVE designar o Dr. LUIZ ALBERTO DE HOLANDA PAES PINTO, 1º Promotor de Justiça de Palmeira dos Índios, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela Promotoria de Justiça de Quebrangulo, até ulterior deliberação. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 548, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2020.00004504-0, RESOLVE designar os membros do GAECO para funcionarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de Satuba, nos Autos nº 0800021-09.2020.8.02.0034, bem como nos feitos judiciais decorrentes, em tramitação na supracitada Promotoria de Justiça. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 549, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020



O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2020.00006351-5, RESOLVE designar os membros do GAECO para funcionarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de Satuba, nos Autos nº 0007141-80.2016.8.02.0001, bem como nos feitos judiciais decorrentes, em tramitação na supracitada Promotoria de Justiça. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 550, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o contido no Proc. SAJ/MP nº 02.2020.00006280-5, RESOLVE designar os membros do GAECO para funcionarem conjuntamente com a Promotoria de Justiça de Maragogi, nos Autos nº 0709492-43.2020.8.02.0001, bem como nos feitos judiciais decorrentes, em tramitação na supracitada Promotoria de Justiça. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 551, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, RESOLVE designar o Dr. RICARDO DE SOUZA LIBÓRIO, Promotor de Justiça de Maribondo, para responder, sem prejuízo de suas atuais funções, pela 46ª Promotoria de Justiça da Capital, durante as férias do Promotor de Justiça titular. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Procurador-Geral de Justiça em exercício

PORTARIA PGJ nº 552, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS em exercício, RESOLVE ratificar os atos praticados pela Dra. AMÉLIA ADRIANA DE CARVALHO CAMPELO, 2ª Promotora de Justiça de Marechal Deodoro, no Plantão da 1ª Circunscrição, nos dias 20 a 22 de novembro transato. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Procurador-Geral de Justiça em exercício

Plantão

PLANTÃO – CAPITAL - 2020		
MÊS	DIAS	PROMOTORES PLANTONISTAS
NOVEMBRO	28	Cível: 34ª PJC: Dra. Margarida Maria Couto Monte
	29 e 30	Cível: 13ª PJC: Dr. Ubirajara Ramos dos Santos
	28, 29 e 30	Criminal: 50ª PJC: Dr. Magno Alexandre Ferreira Moura

*Republicado

PLANTÃO - INTERIOR - 2020			
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS



Atalaia Cajueiro Capela Marechal Deodoro Pilar Rio Largo Santa Luzia do Norte São Miguel dos Campos Viçosa	NOVEMBRO		
	SÃO MIGUEL DOS CAMPOS	28, 29 e 30	5ª PJ: Dr. Hermann Brito de Araújo Lima Junior
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS
Anadia Arapiraca Boca da Mata Feira Grande Girau do Ponciano Igaci Limoeiro de Anadia Maribondo Palmeira dos Índios Quebrangulo Taquarana Traipu	NOVEMBRO		
	PALMEIRA DOS ÍNDIOS	28, 29 e 30	1ª PJ: Dr. Luiz Alberto de Holanda Paes Pinto
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS
Água Branca Batalha Cacimbinhas Delmiro Gouveia Maravilha Major Izidoro Mata Grande Olho D'Água das Flores Pão de Açúcar Piranhas Santana do Ipanema São José da Tapera	NOVEMBRO		
	DELMIRO GOUVEIA	28, 29 e 30	2ª PJ: Dr. Cláudio José Moreira Teles
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS
Coruripe Igreja Nova Junqueiro Penedo Piaçabuçu Porto Real do Colégio São Sebastião Teotônio Vilela	NOVEMBRO		
	PENEDO	28, 29 e 30	4ª PJ: Dr. Sitael Jones Lemos
COMARCAS	SEDE DO PLANTÃO	PERÍODO	PROMOTORES PLANTONISTAS
Matriz de Camaragibe Porto Calvo Maragogi Passo de Camaragibe Paripueira São Luís do Quitunde	NOVEMBRO		
	MARAGOGI	28, 29 e 30	Dra. Francisca Paula de Jesus Lobo Nobre Santana



União dos Palmares Colônia de Leopoldina São José da Lage Murici Messias Joaquim Gomes			
---	--	--	--

Distribuição Processual

Distribuição da Procuradoria Geral de Justiça

Ao(s) 23 dia(s) do mês de novembro o funcionário competente do setor de Distribuição PGJ encaminhou, até as 13h30, os seguintes processos abaixo relacionados:

Processo: 02.2020.00006486-9

Interessado: CREAS - Viçosa/AL

Natureza: Encaminha expediente oriundo do CREAS de Viçosa, que relata negligência quanto ao menor João Gabriel Pereira

Assunto: Ofício

Remetido para: Promotoria de Justiça de Viçosa

Processo: 02.2020.00006487-0

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJAL

Natureza: Pauta de julgamento 38.^a Sessão Ordinária

Assunto: Ofício

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00006527-9

Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA

Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado

Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020

Remetido para: 66^a Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2020.00006528-0

Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA

Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado

Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020

Remetido para: 4^a Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2020.00006529-0

Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA

Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado

Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020

Remetido para: 25^a Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2020.00006530-2

Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA

Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado

Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020

Remetido para: 13^a Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2020.00006531-3

Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA

Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado

Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020

Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00006488-0



Vinculado ao processo número: 02.2020.00006528-0
Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA
Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado
Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020
Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2020.00006488-0
Vinculado ao processo número: 02.2020.00006531-3
Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA
Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado
Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020
Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2020.00006488-0
Vinculado ao processo número: 02.2020.00006527-9
Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA
Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado
Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020
Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2020.00006488-0
Vinculado ao processo número: 02.2020.00006530-2
Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA
Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado
Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020
Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2020.00006488-0
Vinculado ao processo número: 02.2020.00006529-0
Interessado: Grunne Energie de Alagoas LTDA
Natureza: Solicita Certidões expedidas por todas as Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado
Assunto: OFÍCIO Nº 0001/2020
Remetido para: Coordenadoria das Criminais Residuais

Processo: 02.2020.00006489-1
Interessado: Procuradoria Regional Eleitoral em Alagoas - Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL
Natureza: Expediente para remessa ao Dr. CARLOS TADEU VILANOVA, Promotor da 54ª Zona Eleitoral.
Assunto: Despacho
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00006491-4
Interessado: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS
Natureza: Ciência de Decisão proferida em Representação Eleitoral nº 0600610-40.2020.6.02.0005 - 005ª ZONA ELEITORAL DE VIÇOSA - AL
Assunto: Ofício nº 4265 / 2020 - TRE-AL/5ª ZE
Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00006492-5
Interessado: Corregedoria Regional da Polícia Federal - COR/SR/PF/AL
Natureza: Encaminha Denúncia SEI 08230.005371/2020-38 - DESPACHO COR SEI nº 16562914.
Assunto: OFÍCIO Nº 348/2020/COR/SR/PF/AL
Remetido para: Coordenadoria da Fazenda Pública Estadual

Processo: 02.2020.00006493-6
Interessado: Corregedoria Regional da Polícia Federal - COR/SR/PF/AL
Natureza: Encaminha Denúncia SEI 08230.005370/2020-93 - DESPACHO COR SEI nº 16561866
Assunto: OFÍCIO Nº 350/2020/COR/SR/PF/AL
Remetido para: Coordenadoria da Fazenda Pública Estadual



Processo: 02.2020.00006494-7

Interessado: Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região (CREF19/AL)

Natureza: Denúncia acerca de exercício ilegal da Profissão de Educação Física praticado por falsos profissionais de educação física e solicitação de providências

Assunto: OFÍCIO/PRES nº 263/2020 - CREF19/AL

Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00006495-8

Interessado: Conselho Regional de Educação Física da 19ª Região (CREF19/AL)

Natureza: Denúncia acerca de exercício ilegal da Profissão de Educação Física praticado por falsos profissionais de educação física e solicitação de providências

Assunto: OFÍCIO/PRES nº 264/2020 - CREF19/AL

Remetido para: Coordenadoria das Promotorias do Consumidor

Processo: 02.2020.00006496-9

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJAL

Natureza: Envio de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual para fins de apuração da prática de eventual ato de improbidade administrativa

Assunto: Ofício

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00006519-0

Interessado: ADEAL - Agência de Defesa e Inspeção Agropecuária de Alagoas

Natureza: Resposta ao Ofício SAJ/MP nº 09.2017.00001079-7 - Ofício Not. nº 0033/2020/5ª PJC

Assunto: Ofício nº E:192/2020/ADEAL

Remetido para: 5ª Promotoria de Justiça da Capital

Processo: 02.2020.00006521-3

Interessado: Corregedoria Regional da Polícia Federal - COR/SR/PF/AL

Natureza: Notícia de Fato anônima SEI 08230.005643/2020-08 - DESPACHO COR SEI nº 16682438

Assunto: OFÍCIO Nº 351/2020/COR/SR/PF/AL

Remetido para: Coordenadoria da Fazenda Pública Estadual

Processo: 02.2020.00006523-5

Interessado: Promotoria de Justiça de Cajueiro - MPAL

Natureza: Pedido de atuação conjunta nas investigações objeto do procedimento preparatório de inquérito civil de nº 06.2020.00000328-2 em trâmite na Promotoria de Justiça de Cajueiro.

Assunto: Requerimento

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00006524-6

Interessado: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS

Natureza: Ciência de Decisão proferida em Representação Eleitoral nº 0600560-14.2020.6.02.0005 - 005ª ZONA ELEITORAL DE VIÇOSA - AL.

Assunto: Ofício nº 4323 / 2020 - TRE-AL/5ª ZE

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00006526-8

Interessado: Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas - TJAL

Natureza: Apel Cível 0710671-90.2012.8.02.0001.

Assunto: Ofício nº 3001/2020

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça

Processo: 02.2020.00006541-3

Interessado: Gabinete do Vereador Comes Guedes - Câmara Municipal de São José da Tapera/AL

Natureza: Representação por supostas irregularidades nas eleições de São José da Tapera 2020

Assunto: Ofício nº 01/2020

Remetido para: Procuradoria Geral de Justiça



Subprocuradoria Geral Administrativo Institucional

Despachos do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY, DESPACHOU, NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2020, OS SEGUINTE PROCESSOS:

GED: 20.08.1365.0000511/2020-56

Interessado: Lara Reder Richa – Assessora desta PGJ.

Assunto: Requerendo férias.

Despacho: Defiro o pedido. À Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

GED: 20.08.1365.0000502/2020-08

Interessado: Márcio Antônio Gomes Reis Júnior – Analista desta PGJ

Assunto: Requerendo progressão funcional.

Despacho: Defiro a progressão funcional, acolhendo o parecer da Consultoria Jurídica, com base nos arts. 26, 27, 30 e 31 da Lei Estadual nº 8025/2018, da Classe C, nível IV, PGJ C2 para Classe C, nível V, PGJ C2. Vão autos à Diretoria de Pessoal para as providências cabíveis. Em seguida, archive-se.

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional, em Maceió, 23 de novembro de 2020.

ISADORA AGUIAR FERREIRA DA SILVA

Assessora de Gabinete do Ministério Público de Alagoas

Gabinete do Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Portarias

PORTARIA SPGAI nº 427, DE 23 DE NOVEMBRO DE 2020

¿O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições, e em razão da decisão exarada nos autos do Expediente GED 20.08.1365.0000502/2020-08, RESOLVE deferir, com base nos arts. 26, 27, 30 e 31 da Lei Estadual nº 8.025/2018, a progressão do servidor efetivo MÁRCIO ANTÔNIO GOMES REIS JÚNIOR, Analista do Ministério Público – Área Jurídica, para a Classe C, nível V, PGJ C2, com efeitos financeiros retroativos ao dia 19 de novembro de 2020.

¿Publique-se, registre-se e cumpra-se.

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

Subprocurador-Geral Administrativo Institucional

Conselho Superior do Ministério Público

Atas de Reunião

MINUTA DA ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2020

Aos 12 (doze) dias do mês de novembro do ano de 2020 (dois mil e vinte), às 10h, na sala dos Órgãos Colegiados, no 4º andar do edifício-sede da Procuradoria Geral de Justiça, compareceram, alguns presencialmente no prédio da Instituição, outros on line, em razão das medidas preventivas a não disseminação do coronavírus, para realização da 24ª Reunião Ordinária do Conselho Superior do Ministério Público, os Conselheiros Valter José de Omena Acioly, Walber José Valente de Lima, Lean Antônio Ferreira de Araújo, Marcos Barros Méro, Maurício André Barros Pitta e Isaac Sandes Dias, sob a presidência do primeiro. Ausente, justificadamente, em razão de viagem institucional, o Conselheiro Márcio Roberto Tenório de Albuquerque. Havendo *quorum*, foi declarada aberta a sessão pelo Presidente. Iniciada a reunião, este agradeceu a presença de todos e pedia a Jesus Cristo que continue protegendo a família do Ministério Público e todo o mundo, para que todos possam voltar à



convivência normal sem qualquer receio. Nesta, foi posta à apreciação a Ata da 23ª Reunião Ordinária de 2020, que resultou aprovada, por unanimidade. Partindo para os PROCEDIMENTOS PARA DELIBERAÇÃO Ordem: 1 Cadastro nº: 022019000051341 Origem: 22ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - PROCURADORIA DA REPÚBLICA - ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES/ Assunto: Relator: Marcos Barros Méro Ordem: 2 Cadastro nº: 022020000056070 Origem: Procuradoria Geral de Justiça Partes: Procuradoria da República em Alagoas - MPF/AL/ Assunto: Relator: Lean Antônio Ferreira de Araújo Ordem: 3 Cadastro nº: 022020000056414 Origem: Promotoria de Justiça de Taquarana Partes: Promotoria de Justiça de Taquarana - MPAL/ Assunto: Processo seletivo de estagiário Relator: Valter José de Omena Acioly Ordem: 4 Cadastro nº: 012020000018909 Origem: 3ª Promotoria de Justiça da Capital Partes: Allefh Lima/ Assunto: Serviço Postal e Encomendas Relator: Lean Antônio Ferreira de Araújo Ordem: 5 Cadastro nº: 012019000029328 Origem: 4ª Promotoria de Justiça de Arapiraca Partes: Layse Alves da Silva/ Assunto: Concurso para servidor Relator: Marcos Barros Méro; o Presidente expôs que, havendo sido encaminhados com a devida antecedência todos os votos ofertados pelos Conselheiros, indagava se algum gostaria de realizar manifestação. Não havendo quem a desejasse, em bloco, o CSMP deliberou por aprovar os votos apresentados em todos os procedimentos constantes na presente pauta. No que diz respeito ao item: Ordem: 6 Cadastro nº: 132020000000173 Origem: Corregedoria-Geral do Ministério Público Partes: 1ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios - AL/ Relator: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque; após exposição, em votação, em primeiro escrutínio, o Conselheiro Lean Araújo indicou o candidato Luiz Alberto de Holanda Paes Pinto. Já adiantando os demais nomes, indicou os Promotores de Justiça Paulo Henrique Carvalho Prado e Márcio José Dória da Cunha, remanescentes, em segundo escrutínio. O Conselheiro Isaac Sandes, em primeiro escrutínio, votou no candidato Luiz Aberto de Holanda Paes Pinto. Em segundo escrutínio, em Paulo Henrique Carvalho Prado e Márcio José Dória da Cunha. O Conselheiro Marcos Méro votou acompanhando os votos proferidos pelos Conselheiros Lean Araújo e Isaac Sandes. Lembrou que outros candidatos também se inscreveram para este certame, no entanto, integram quintos que não os deixam em igualdade de condições com os candidatos que estão em quintos acima. O Conselheiro Valter Acioly frisou que não estão analisando o mérito, porque os três candidatos preenchem os requisitos antes dos outros. Todos têm mérito, são pessoas competentes, mas não preenchem os requisitos sobre os que cumprem todos. O Conselheiro Maurício Pitta falou da economia processual em não precisar mandar o relatório de todos. Votou no candidato Luiz Alberto e, já adiantando os nomes, votou nos Promotores de Justiça Paulo Henrique Carvalho Prado e Márcio Dória. O Conselheiro Walber Valente adotou os votos anteriormente apresentados e a fundamentação. Falou que não estão engessados, mas fazem parte de uma cultura que os obriga a esta votação, nos quintos sucessivos. O Presidente Valter Acioly acompanhou os votos ofertados. O CSMP deliberou, por unanimidade, aprovar a lista tríplice de promoção pelo critério de merecimento para preenchimento da 1ª Promotoria de Justiça de Palmeira dos Índios, de 2ª entrância, com os candidatos que seguem: Luiz Alberto de Holanda Paes Pinto, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Quebrangulo, com 6 votos, no primeiro escrutínio, promovido; Paulo Henrique Carvalho Prado, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Igreja Nova, com 6 votos, no segundo escrutínio e Márcio José Dória da Cunha, Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Anadia, com 6 votos, no segundo escrutínio. No momento das COMUNICAÇÕES, o Presidente falou que o Procurador-Geral de Justiça realizou viagem a Brasília. O Conselheiro Walber Valente expôs que na terça-feira anterior foram realizadas as últimas correições do ano, havendo o Procurador de Justiça Maurício Pitta presidido brilhantemente, diante da necessidade, na ocasião, do Corregedor-Geral ausentar-se. O Presidente parabenizou os Conselheiros Walber Valente e Maurício Pitta, falando do reconhecimento aos seus trabalhos. O Conselheiro Maurício Pitta agradeceu as palavras gentis do Conselheiro Walber Valente e falou do equilíbrio das ações desse. O Presidente agradeceu a Jesus pela harmonia e pediu bençãos a cada um e seus familiares. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, e, para constar, eu, Marcus Aurélio Gomes Mousinho, Promotor de Justiça, Secretário do Conselho Superior do Ministério Público, lavrei a presente ata, que vai assinada, nos termos do art. 30, § 5º, do Regimento Interno, por mim e pelo Presidente, em razão das medidas de prevenção a não disseminação do coronavírus.

Conselheiro VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público em exercício

MARCUS AURÉLIO GOMES MOUSINHO
Promotor de Justiça
Secretário do Conselho Superior do Ministério Público

Escola Superior do Ministério Público

Portarias

PORTARIA ESMP/AL nº 58 DE 19 de Novembro de 2020

O VICE-DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e na



forma do parágrafo 3º, do artigo 6º, do Ato PGJ nº 03/12, resolve incluir no programa "Voluntariado do Ministério Público de Alagoas" o(a) prestador(a) de serviço voluntário LARA MOREIRA DE OLIVEIRA, estabelecendo sua lotação no(a) 37ª Promotoria de Justiça da Capital, a partir de 25/11/2020.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

CLÁUDIO JOSÉ BRANDÃO SÁ
Promotor de Justiça
Vice-Diretor da ESMP-AL

Diretoria Geral

Seção de Contratos

EXTRATO DO CONTRATO Nº 25/2020

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: PRIME Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda (CNPJ nº 05.340.639/0001-30)

Objeto: Este Contrato tem por objeto a prestação de serviços de gerenciamento, via internet, do abastecimento da frota de veículos (gasolina, álcool e óleo diesel) e geradores elétricos, pertencentes, locados ou à disposição do Ministério Público do Estado de Alagoas, abrangendo o fornecimento de combustíveis, por demanda, em rede de postos credenciados, por meio de sistema eletrônico, com cartão magnético, conforme especificações técnicas, quantidades, valores unitários e totais constantes do Edital do Pregão nº 08/2020 e as disposições do processo GED nº 20.08.1318.0000041/2020-65 e seus respectivos anexos. Valor: Contratante pagará à Contratada, pela execução deste Contrato, a importância de R\$ 354.600,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil e seiscentos reais).

Dotação Orçamentária: As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, inclusa no PPA 2020-2023, no Programa de Trabalho 03.122.0195.2107 – Manutenção das atividades do Ministério Público, na Natureza de Despesa 339030 – MATERIAL DE CONSUMO.

Vigência: A vigência do contrato terá por termo inicial a data de 18 de dezembro de 2020 até 17 de dezembro de 2021, admitidas prorrogações sucessivas, por igual período, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a Administração, mediante procedimento específico prévio, limitada ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, conforme inciso II do artigo 57 da Lei nº. 8.666/93.

A partir da assinatura do contrato até o dia 17 de dezembro de 2020, data em que se encerra a vigência do contrato nº 28/2015, será considerado como período de implantação, momento em que serão fornecidas pelo setor de transportes do Ministério Público de Alagoas as informações de veículos e condutores para as configurações do sistema, sem ônus para a CONTRATANTE.

A partir de 18 de dezembro de 2020 começarão efetivamente os serviços/abastecimentos na rede autorizada pela CONTRATADA.

Os efeitos financeiros deste contrato passam a vigorar a partir da data inicial do serviço/abastecimento.

Data da assinatura: 18 de novembro de 2020

Signatários: Valter José de Omena Acioly (Procurador-Geral de Justiça em Exercício); Sirlene Cardoso Minganti (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 02/2020

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: A. de Gusmão Lyra Neto Eireli (CNPJ nº 17.532.856/0001-00).

Do Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a alteração do contrato 02/2020, de prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva e instalação e desinstalação, a ser realizada em equipamentos de condicionadores de ar dos tipos split, janela, centrais e demais dispositivos, pertencentes ao diversos sistemas de climatização existentes no Ministério Público do Estado de Alagoas, incluindo materiais de limpeza e reposição de peças, face o aumento no quantitativo dos serviços correspondente ao acréscimo de 23,59% sobre o valor total contratado, aplicação do art. 65, inciso I, alínea b e §1º, da lei 8.666/93, conforme disposições constantes no Processo Eletrônico GED: nº 20.08.0287.0000106/2020-98.

Do Valor: O valor total do aditivo é de R\$ 9.924,31 (nove mil, novecentos e vinte e quatro reais e trinta e um centavos).

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, suprarreferido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.



Data da Assinatura: 12 de novembro de 2020.

Signatários: Valter José de Omena Acioly (Procurador-Geral de Justiça em Exercício); Aristheu de Gusmão Lyra Neto (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2017

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: Coppini & Cia Ltda – ME (CNPJ nº 08.729.009/0001-40).

Do Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do contrato nº 43/2017, de fornecimento de Sistema para Cálculo de Aposentadoria e Pensões – assinatura anual de acesso ao sistema SICAP - WEB, para uso exclusivo do Contratante, pelo período de 12 (doze) meses, contado de 25 de novembro de 2020 até 24 de novembro de 2021, face previsão da cláusula décima quinta do contrato, nos termos do art. 57, IV, da Lei 8.666/93, conforme disposições constantes no processo GED nº 20.08.1365.0000387/2020-09.

Do Valor: O valor total é de R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais).

Da Ratificação: Ficam ratificados todos os termos, cláusulas e condições do Contrato originário, suprarreferido e não expressamente alterados por este instrumento, que àqueles se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins e efeitos de direito.

Data da Assinatura: 18 de novembro de 2020.

Signatários: Valter José de Omena Acioly (Procurador-Geral de Justiça em Exercício); Moacir Coppini (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 24/2020

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).

Contratada: RSAT SEGURANÇA ELETRÔNICA EIRELI. (CNPJ nº 11.954.897/0001-09)

Objeto: A contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de monitoramento eletrônico, conforme especificações técnicas, quantidades, valores unitários e totais constantes do Edital do Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2020 e Processo Eletrônico nº 20.08.1359.0000013/2020-12 e respectivos anexos.

Valor: A Contratante pagará à Contratada, pela execução deste Contrato, a importância de R\$ 17.550,00 (dezesete mil, quinhentos e cinquenta reais), conforme tabela abaixo.

Descrição	Valor Mensal	Valor Anual
Serviço de monitoramento eletrônico, na Sede das Promotorias da Capital, dispondo de 2 (duas) centrais de alarme e 29 (vinte e nove) sensores de presença.	R\$788,50	R\$ 9.462,00
Serviço de monitoramento eletrônico, no CAOP, dispondo de 1 (uma) central de alarme e 8 (oito) sensores de presença.	R\$ 379,00	R\$ 4.548,00
Serviço de monitoramento eletrônico, no CAOP – Anexo, dispondo de 1 (uma) central de alarme e 4 (quatro) sensores de presença.	R\$ 295,00	R\$ 3.540,00
VALOR GLOBAL		R\$ 17.550,00

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato poderão correr à conta de dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA 2020-2023, no programa de trabalho 03.122.0195.2107.0000 – Manutenção das atividades do Ministério Público, natureza da despesa: 339039 – Outros Serviços de Terceiros: Pessoa Jurídica.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 01 de dezembro de 2020 até 30 de novembro 2021. Após o término de vigência do prazo inicial, o presente contrato poderá ser prorrogado, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que atendidos todos os requisitos que contam no termo de contrato.

Data da assinatura: 10 de novembro de 2020

Signatários: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça); Viviane Alves Ferreira (Representante legal da Contratada).

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2020

Contratante: Ministério Público do Estado de Alagoas (CNPJ nº 12.472.734/0001-52).



Contratada: VRR de Souza Distribuidora de Artigos de Escritório Eireli-me. (CNPJ nº 35.458.953/0001-82)

Objeto: O presente Termo de Contrato tem por objeto a aquisição de roupeiros de aço, nas condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento, conforme processo GED nº 20.08.0287.0000071/2020-73.

Valor: O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ 14.400,00 (catorze mil e quatrocentos reais). No valor estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta da dotação orçamentária do Ministério Público Estadual, inclusa no PPA-2020-2023, no Programa de Trabalho 03.122.0004.2700.0000 – Modernização do Órgão, Natureza de despesa: 449052 – 42 MOBILIÁRIO EM GERAL.

Vigência: O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 meses, com início na data de sua assinatura.

Data da assinatura: 16 de novembro de 2020

Signatários: Márcio Roberto Tenório de Albuquerque (Procurador-Geral de Justiça); Natália Maria de Aguiar Brito (Representante legal da Contratada).

Administrativo

Compras

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

AVISO DE COTAÇÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Setor de Compras, anuncia às EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE SUPORTE TÉCNICO DE HARDWARE E SOFTWARE PARA MANUTENÇÃO EVOLUTIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA DE SOLUÇÕES DE DATACENTER, que, a partir da publicação deste Aviso, serão contados 02 (dois) dias para apresentação de propostas. Lembre-se que o prazo supracitado poderá ser antecipado caso sejam recebidas 03 (três) propostas válidas.

OBJETO: SERVIÇOS CONTÍNUOS DE SUPORTE TÉCNICO DE HARDWARE E SOFTWARE PARA MANUTENÇÃO EVOLUTIVA, PREVENTIVA E CORRETIVA DE SOLUÇÕES DE DATACENTER (PROCESSAMENTO, ARMAZENAMENTO E BACKUP) INCLUINDO REPOSIÇÃO DE PEÇAS.

Para maiores informações sobre a cotação e todas as especificações, favor entrar em contato pelo e-mail: compras@mpal.mp.br.

Maceió, 23 de Novembro de 2020.

Diogo Lessa dos Santos Melo
SETOR DE COMPRAS

Promotorias de Justiça

Despachos

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DA FAZENDA ESTADUAL
RESENHA



A 18ª Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por meio da Promotora de Justiça signatária, vem, nos termos do art. 5º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar o(s) interessado(s), a adoção de providências nos autos extrajudiciais a seguir nominados: NF 01.2020.00002521-0 – Objeto: Suposta ocupação indevida de cargo público - Despacho: Indefiro a notícia de fato e científico aos interessados que, contra esta decisão cabe, no prazo de 10 (dez) dias, recurso ao Conselho Superior do Ministério Público de Alagoas.

STELA VALÉRIA CAVALCANTI
Promotora de Justiça

Portarias

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
Promotoria de Justiça de Limoeiro de Anadia

Portaria Nº 010/2020/PJ-LIManad

MP Nº 09.2020.00001061-7

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, por intermédio do Promotor de Justiça titular da Comarca de Limoeiro de Anadia, LUCAS SCHITINI DE SOUZA, com fulcro no art. 129, III, da Constituição Federal, no art. 26, I, da Lei nº 8.625/1993 e nos arts. 60, I e II, VII, da Lei Complementar Estadual nº 15/1996;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (CF. art. 127, caput, Lei nº 8.625/93, art. 1º, caput, e Lei Complementar Estadual nº 013/91, art. 1º, caput);

CONSIDERANDO que são funções institucionais do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, bem como promover o inquérito civil e ação civil pública para proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, II e III, da CF/88, regulamentado pelo artigo 6º, VII, LC nº 75/93, e artigo 8º, parágrafo primeiro, c/c art. 21 da Lei nº 7347/85, c/c artigo 90 da Lei nº 8.078/90);

CONSIDERANDO a Recomendação de nº 04/2020 da Procuradoria-Geral de Justiça que na cláusula segunda, alínea “a” recomenda à Comissão Mista de Transição de Governo “que adote todas as providências previstas na Resolução –03/2016 do TCE/AL e na Cartilha expedida pela CG; realizando o levantamento documental de todos, atos e fatos orçamentários, financeiros, fiscais e patrimoniais, do Município, e documentos referentes ao exercício financeiro, (...)”;

CONSIDERANDO que a Lei 8.151/90 – Política Nacional de arquivos bem como o art. 314 do Código Penal trazem responsabilização no âmbito cível, administrativo e criminal para a ausência de cumprimento do dever do Poder Público de gestão e proteção de documentos e arquivos;

CONSIDERANDO a necessidade de se preservar a aplicação da Lei nº 7.347/85 e Artigo 26, I, da Lei 8.625/93;

Resolve:

Instaurar procedimento administrativo, conforme artigo 8º, inciso II, da Resolução CNMP nº 174/2017, que determina a instauração de procedimento administrativo para acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições, determinando as seguintes providências:

- Autue-se e registre-se a presente portaria;
- Expeça-se ofício e recomendação ao Chefe do Poder Executivo de Limoeiro de Anadia bem como ao candidato municipal eleito pra gestão dos anos 2021/2024;
- Demais diligências que se afigurarem necessárias;
- Solicite-se a publicação da presente portaria no Diário Oficial do Estado;



**MINISTÉRIO PÚBLICO
DO ESTADO DE ALAGOAS**

**DOE | DIÁRIO OFICIAL
ELETRÔNICO**



Data de disponibilização: 24 de novembro de 2020

Edição nº 311

- Comunique-se a instauração do procedimento administrativo ao Conselho Superior do Ministério Público, em observância as suas normas internas.

Autue-se. Registre-se. Cumpra-se.

Limoeiro de Anadia/AL, 19 de novembro de 2020.

LUCAS SCHITINI DE SOUZA
Promotor de Justiça